

O Plano Brady discutido na reunião de Brasília

Cada país tem as suas peculiaridades e deve escolher os mecanismos de redução da dívida que melhor se ajustarem à sua economia. Esta foi a principal conclusão da reunião de ministros da Fazenda do Grupo dos Oito, integrado pela Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Venezuela e Uruguai (o Panamá se encontra afastado), realizada no último fim de semana em Brasília. Durante o encontro os ministros fizeram uma avaliação da proposta norte-americana de ajuda aos devedores — o Plano Brady — e concluíram que ele traz mudanças conceituais muito importantes, pois pela primeira vez, como disse o ministro Mailson da Nóbrega, “os credores apresentaram uma proposta que pode resultar numa solução duradoura para a dívida externa, já que prevê a redução dos encargos”.

O tom otimista do ministro da Fazenda brasileiro e o aparente abandono da retórica terceiromundista pelo Grupo dos Oito têm razão de ser, pois não há dúvida de que mais cedo do que se pensa estarão surgindo os primeiros resultados do projeto do secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, que, a partir de premissas realistas, se não resolver de vez o problema da dívida dos países do Terceiro Mundo, pode pelo menos tornar bem mais suportável o seu peso.

Uma evidência do que estamos dizendo é a reunião de altos funcionários da área de finanças dos governos dos sete países mais industrializados do mundo e banqueiros, que deverá acontecer no próximo dia 15 em Nova York. Durante esse encontro, o primeiro que se convoca com o objetivo claro de discutir os caminhos para a redução da dívida, serão analisadas mudanças nas normas legais relativas ao funcionamento dos bancos comerciais, a fim de facilitar a implantação de acordos voluntários de redução da dívida.

Segundo matéria publicada pelo **Financial Times**, de Londres, essas conversações serão uma oportunidade para que governos e bancos realizem uma troca de opiniões a respeito dos vários aspectos do **Plano Brady**, que propõe o envolvimento do FMI e do Bird no financiamento de acordos voluntários entre os países devedores e os bancos comerciais. Como se recorda, o **Plano Brady** recebeu amplo apoio na reunião do FMI-Bird realizada no início de abril.

O influente jornal inglês destaca também o fato de que as alterações nas normas bancárias deverão ser feitas no Japão e nos demais países do G-7, com exceção dos Estados Unidos, pois, no entender de funcionários do Tesouro desse país, elas já são adequadas. Essa opinião, contudo, não é compartilhada pelos demais membros do G-7, que julgam fundamental uma mudança na legislação norte-americana, a fim de forçar a adesão dos bancos dos EUA.

Inspirado por esse novo clima, o México — cuja situação econômica e financeira melhorou sensivelmente em razão do sucesso da política do presidente Salinas — já está negociando com os bancos em novas bases, o que contribui para reforçar a opinião de que este país será o primeiro exemplo concreto dos benefícios contidos no **Plano Brady**. O objetivo do governo mexicano é reduzir a transferência anual de recursos ao exterior para pagamento da dívida de 6 para 2% do PIB, ou de US\$ 19 bilhões para US\$ 6 bilhões.

Naturalmente, existem dificuldades internas nos demais devedores, que não conseguiram controlar a inflação por meio da racionalização do setor público, isto é, não quiseram seguir o exemplo mexicano. Veja-se o caso do Brasil, que ainda está longe de adotar uma política verdadeiramente austera. É exatamente por esse motivo que o FMI recomenda aos países credores, em seu último relatório sobre a economia mundial, a procura de novas fórmulas para revigorar o ajuste e o crescimento econômico nos países devedores, sem esquecer que isso exige a aplicação de métodos politicamente aceitáveis, tendo em vista que alguns países em desenvolvimento acreditam que os benefícios do ajuste serão limitados a curto prazo e, por esse motivo, não possuem os incentivos necessários para fazê-lo.

Tudo leva a crer, portanto, que o Plano Brady entrará logo na fase operacional e que produzirá resultados bem mais depressa do que muitos observadores imaginam. Acontece que esses resultados deverão ser proporcionais ao esforço que as nações endividadas fizerem internamente para ordenar as finanças públicas, reduzir a inflação e criar um clima de confiança para a retomada dos investimentos produtivos privados. Nesse sentido, o relatório do FMI considera “vital que os países endividados aumentem seus esforços para adotar e implementar programas de ajuste que elevem a poupança interna, aumentem a eficiência, controlem a inflação e incentivem o retorno de capitais”. Ou seja, esses países devem repetir a receita que o governo mexicano está aplicando com grande eficiência.

Na verdade, o caso mexicano representa uma demonstração prática que certamente influenciou a discussão dos ministros da Fazenda do Grupo dos Oito. Eles estão perfeitamente conscientes de que a linguagem do **Plano Brady** não deixa margem a dúvidas: **haverá ajuda e alívio do fardo da dívida, porém apenas para os países que estiverem dispostos a reformar suas estruturas econômicas obsoletas, reduzir o envolvimento do Estado na economia e abrir seus mercados.**

No mais, apesar da gravidade do problema da dívida externa e das barreiras que ele coloca para a retomada do crescimento, acreditamos que ele não deve ser usado como bode expiatório de problemas internos causados principalmente pela tradicional incompetência da maioria dos governos da América Latina.

Reuniões como a dos ministros do Grupo dos Oito ajudam, sobretudo quando seus participantes se dispõem a debater os problemas de forma objetiva, em vez de produzir mais um documento terceiromundista. Sem dúvida, este resultado já pode ser considerado um benefício adicional do **Plano Brady** e uma prova de que as coisas estão começando a mudar na área da dívida.